



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

ATA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

Às 14h40min do dia 13 de maio de 2009 deu-se início a XI Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, na Sede Administrativa da ESEC, situada na BR 101, km 531,5, Mambucaba/Paraty.

Compareceram à reunião os conselheiros: Almir dos Remédios (Associação de Moradores da Ilha do Araújo); Comandante Guilherme (ATSCV); Fernanda Gilbertoni (IPHAN/Paraty); Dirceu Borin (ATCV); Sylvia de Souza Chada e Régis Pinto de Lima (ESEC Tamoios); Paula Ritter (FIPERJ); Mônica Nemer (INEA-RJ); Cmte Newton Lopes Junior (Capitania dos Portos/Angra dos Reis); Jorge Paulo Ramiro (Colônia de Pesca Z-18/Paraty); João Luiz Victal (Bioma BEMAR).

Também estavam presentes os convidados: Adriana Nascimento Gomes (ESEC Tamoios); Bruno R. Plastina (FIPERJ); José Carlos Pedrosa (APEPAD); Bruna Ugulino (IACV); Leonardo Castro (IED-BIG); Aldo Menezes (APEPAD); Gustavo Rabello, Isis Perdigão e Bruno Coutinho (IBAM) e Paulo César e Gilberto Cunha (Assessoria do Vereador Parente).

Justificaram ausência: SEAP; SEBRAE; UERJ; SAPE; Transpetro; Eletronuclear;

Não justificaram a ausência: COMAMP; Amapar; AMBIG; Associação de Moradores da Vila Histórica de Mambucaba; PMAR/Secretaria de Pesca; PMP/Secretaria de Pesca; UFF; SEAP; Colônia de Pesca Z 17/Angra dos Reis; Assoc. Moradores da Prainha; Assoc. Moradores de Tarituba.

A chefe da ESEC Tamoios, Sylvia Chada, iniciou apresentando a pauta da presente reunião que consistiu em: Apresentações; Leitura e aprovação da Ata (X Reunião Ordinária do dia 17 de fevereiro); Apresentação da Proposta de trabalho do IBAM para cumprimento da Condicionante 2.60 da Licença Prévia de Angra 3; Estabelecimento de uma comissão para acompanhar o cumprimento das medidas mitigadoras relacionadas à Angra 3; Regularização fundiária e as ações de fiscalização na área da ESEC Tamoios; Informes Gerais; Encaminhamentos finais e agenda.

Prosseguiu-se com uma rodada de apresentação dos participantes, que terminou por volta das 14h50min, iniciada por Sylvia (ESEC). A analista ambiental Adriana Gomes (ESEC) prosseguiu fazendo a leitura da ata da última reunião ordinária, e após a leitura da ata foi reservado um período de tempo para que os conselheiros se manifestassem quanto às retificações necessárias. Não houve retificações, sendo então aprovada a ata.

Dando prosseguimento à pauta, Gustavo (IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal) fez uma explanação sobre o papel do Instituto no processo do licenciamento de Angra 3, que é construir, de forma participativa, o programa de educação ambiental da empresa, conforme estabelecido na condicionante 2.60. O papel do IBAM consiste na mediação para a elaboração e desenvolvimento de um Programa Participativo de Educação Ambiental, definindo públicos e parceiros implementadores desse Programa. O diagnóstico participativo tem por objetivo realizar um mapeamento institucional, as iniciativas em curso e estratégias, identificando os diferentes grupos sociais existentes na região e sua percepção a respeito dos riscos sócio-ambientais e tecnológicos associados à atividade nuclear. Sylvia Chada (ESEC Tamoios) questionou a respeito da efetividade da utilização dos recursos de compensação/mitigação para realmente minimizar os impactos que a obra irá causar na região e como podemos estabelecer uma forma eficaz de acompanhamento dos programas e projetos relacionados ao licenciamento ambiental de Angra 3. Bruno (IBAM) respondeu que no momento não saberia responder quanto à questão

dos potenciais impactos e medidas mitigadoras, mas quanto ao controle do Programa de Educação Ambiental, o IBAM tem a perfeita condição de criar um fórum para que se possa desenvolver as diretrizes e os critérios de seleção dos tipos de ação que o programa deve conter e dessa forma o Programa não sairá do IBAM sem a validação desse fórum a ser formado. Continuou explicando que os objetivos do trabalho desenvolvido pelo IBAM são: a criação de um Programa de Educação Ambiental para a ELETRONUCLEAR com diretrizes, critérios, ações estabelecidas de forma participativa e coletiva e o Fórum legitimado para acompanhamento do Programa. Gustavo (IBAM) explicou a relação entre o IBAM e a ELETRONUCLEAR, que é o de uma Instituição contratada pela empresa, o que não significa que o IBAM represente a empresa, e ressaltou que o instituto irá mediar a construção do Programa e as instituições da região é que irão implementar e monitorar após a definição deste. O representante da Associação de Moradores da Ilha do Araújo, o senhor Almir dos Remédios, perguntou sobre qual seria o montante financeiro da ELETRONUCLEAR para a mitigação dos possíveis impactos de sua atividade para as comunidades da região e quais serão os benefícios efetivos para as comunidades de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro a partir do desenvolvimento desse Programa. Gustavo (IBAM), respondendo o senhor Almir, disse não saber o valor do montante dentro do orçamento da empresa a ser disponibilizado para as comunidades e ressaltou que dentro das condicionantes do IBAMA a comunidade pode cobrar da empresa essa informação. Sylvia (ESEC), perguntou como seria possível esse controle, acompanhamento efetivo e que essa questão deve ser discutida. Fernanda (IPHAN/Paraty), em questionamento ao IBAM, demonstrou interesse em entender se haveria a possibilidade de uma parceria de projetos de outras Instituições junto ao Programa de Educação Ambiental. Respondendo a pergunta feita anteriormente, Bruno (IBAM) disse que essa articulação deve ser feita através do fórum a ser criado. Aldo (APEPAD), quanto a sua opinião a respeito do papel de instituições contratadas pela ELETRONUCLEAR para a realização de projetos expôs que estas quando realizam o projeto por completo não dão continuidade a este, e dessa forma acabam levando o recurso financeiro e o projeto, não tendo retorno para a população da região. Para o Comte Lopes (Capitania dos Portos/Angra dos Reis) a ESEC Tamoios deve ser preocupar com a inserção do controle dos impactos na estação ecológica e na região em torno dela e não o controle social propriamente dito previsto no Programa. Sylvia (ESEC) lembrou que este assunto já havia sido discutido anteriormente no Conselho, com este olhar mais amplo. Leonardo (IED-BIG) propôs que as instituições que venham a trabalhar junto ao IBAM, tragam suas propostas de projetos na área de educação ambiental, juntamente com a definição de cronograma físico-financeiro e público alvo do projeto. Devido algumas dúvidas sobre a atuação das instituições no acompanhamento e participação do Programa de Ed. Ambiental da ETN, Sylvia (ESEC Tamoios) propôs como encaminhamento o convite ao Procurador do Ministério Público Federal para realização de uma palestra em uma reunião do conselho, sobre o processo de licenciamento de Angra 3 e formas de controle social para um acompanhamento efetivo das medidas mitigadoras e compensatórias, em data a ser definida. Almir (Associação de Moradores da Ilha do Araújo) propôs que o IBAM componha a Câmara de Ed. Ambiental da ESEC Tamoios e suas instituições participantes e dessa forma trabalhem em conjunto.

Prosseguindo com a pauta, referente aos informes, Paula (Fiperj) fez informes sobre os assuntos discutidos na última reunião da Câmara de Aquicultura e Pesca e a data da próxima reunião a ser realizada no dia 25 de junho do presente ano. O analista ambiental Régis Pinto (ESEC) informou que está fazendo contato com alguns pesquisadores para estabelecer uma data para uma primeira reunião da Câmara Temática de Pesquisa. Sylvia fez informes sobre iniciativas tomadas pela ESEC, quanto a questão da regularização fundiária, uma das ações prioritárias definidas para 2009. Uma das iniciativas foi o contato mediado pelo conselheiro Stainer (IACV) com um escritório de advocacia no Rio de Janeiro, que poderia ser contratado com recursos de compensação ambiental para agilizar o processo de regularização fundiária principalmente no Sandri. Será marcada uma reunião no Rio para uma conversa inicial. De uma forma geral, os processos das Ilhas sem construções, o SPU (Serviço de Patrimônio da União) está paulatinamente cancelando os registros de ocupação precária destas. João (Bemar) colocou que em sua opinião essa questão de regularização seria mais ágil se os proprietários que já residem se tornassem parceiros da ESEC ao invés de enfrentar uma batalha judicial, que tende a demorar na

justiça brasileira. Em resposta, Adriana (ESEC) esclareceu que no SNUC uma das diretrizes da Estação Ecológica é uma área destinada somente à pesquisa e a educação ambiental, visto que a existência de construções nessas áreas é contra a Lei. Sylvia (ESEC) fez um informe sobre a colocação das placas nas ilhas da ESEC Tamoios. Em reunião com o conselheiro Ronaldo Pessoa (ETN), este se comprometeu em instalá-las até a semana do meio ambiente. Sylvia informou que o Sr. Manuel Francisco, ex-presidente da TURISANGRA, também havia se comprometido a contribuir com a instalação de algumas placas.

Quanto a APEPAD e seu pleito em participar do Conselho, como o presidente da associação não estava presente e não havia quórum suficiente para votar, a decisão para o aceite ficou para a próxima reunião, apesar de ser reconhecido pelos conselheiros que a APEPAD já vem participando ativamente do conselho consultivo da ESEC Tamoios.

Encaminhamentos: Convite ao Procurador da Justiça para uma explanação sobre o processo de licenciamento de Angra 3 em uma reunião do conselho, proposta do IBAM compor a Câmara de Ed. Ambiental da ESEC Tamoios.

A reunião foi encerrada às 17 horas. Assina esta ata, eu, Bruna Roque Ugulino de Oliveira e os demais presentes.

Bruna Roque Ugulino de Oliveira (Secretaria Executiva/IACV)
Capitão de Corveta Newton Lopes Junior (Del. Capitania de Portos e Costas de Angra dos Reis)
Sylvia de Souza Chada (ESEC Tamoios)
Almir dos Remédios (Associação de Moradores da Ilha do Araújo)
Comandante Guilherme (ATSCV)
Mônica Nemer (INEA-RJ)
Fernanda Gilbertoni (IPHAN/Paraty)
Dirceu Borin (ATCV)
Régis Pinto de Lima (ESEC Tamoios)
Paula Ritter (FIPERJ);
Jorge Paulo Ramiro (Colônia de Pesca Z-18/Paraty)
João Luiz Victal (Bioma BEMAR)